

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.441.795 - MS (2019/0026539-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE** : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PROCURADOR** : CARINA SOUZA CARDOSO E OUTRO(S) - MS004748  
**AGRAVANTE** : ADELIR TEREZINHA HAVEROTH  
**AGRAVANTE** : CECILIA MELHADO GÓES FALCÃO  
**AGRAVANTE** : DINORAH SILVEIRA DE VASCONCELLOS DA SILVA  
FARIAS  
**AGRAVANTE** : GILMAR DA SILVA  
**AGRAVANTE** : MARIA MADALENA DE OLIVEIRA CARVALHO  
**ADVOGADOS** : RENATA BARBOSA LACERDA - MS007402  
MARCELLE PERES LOPES - MS011239  
**AGRAVADO** : OS MESMOS

**DESPACHO**

Foi a mim distribuído o primeiro recurso sobre a execução de sentença proferida em ação coletiva que beneficiou servidores do Estado do Mato Grosso do Sul, ocasionando a distribuição, por prevenção, de centenas de feitos. Em outros, fui instado por ministros da Primeira Seção, então relatores dos processos, acerca do tema, após o que foram para mim redistribuídos.

Ocorre que o entendimento jurisprudencial desta Corte é no sentido de que a execução individual genérica de sentença condenatória proferida em julgamento de ação coletiva não gera a prevenção do Juízo, devendo o respectivo recurso submeter-se à livre distribuição. Vejam-se: REsp 1474851/RJ, Primeira Turma, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe 04/11/2016; AgRg no REsp 1432236/SC, Segunda Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 23/05/2014.

Assim sendo, CHAMO O FEITO À ORDEM para determinar o retorno dos autos à Secretaria Judiciária para que o presente recurso seja distribuído aleatoriamente entre os Ministros das Turmas que integram a Primeira Seção.

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO GURGEL DE FARIA**

Relator